

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS - FALE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: TEORIAS E
PRÁTICAS DE ENSINO DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO – PROLEITURA

Mayron Augusto Araujo Dalariva

A IMPORTÂNCIA DA ARGUMENTAÇÃO NA OBTENÇÃO DA NOTA 1.000 NO
ENEM

Belo Horizonte
2023

Mayron Augusto Araujo Dalariva

A IMPORTÂNCIA DA ARGUMENTAÇÃO NA OBTENÇÃO DA NOTA 1.000 NO
ENEM

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto (PROLEITURA) da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de texto.

Orientador: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza

Belo Horizonte
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS

ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO ALUNO MAYRON AUGUSTO ARAUJO DALARIVA

Realizou-se, no dia 11 de maio de 2023, às 14:00 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *A importância da argumentação na obtenção da nota 1.000 no Enem*, apresentado por MAYRON AUGUSTO ARAUJO DALARIVA, número de registro 2021701942, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Prof. Wander Emediato de Souza - Orientador, Profa. Helcira Maria Rodrigues de Lima (UFMG), Prof. Renan Belmonte Mazzola (UFMG).

A Comissão considerou o Trabalho:

(X) Aprovado

() Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2023

Prof. Wander Emediato de Souza (Doutor)

Profa. Helcira Maria Rodrigues de Lima (Doutora)

Prof. Renan Belmonte Mazzola (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Wander Emediato de Souza, Professor do Magistério Superior**, em 15/05/2023, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renan Belmonte Mazzola, Professor do Magistério Superior**, em 15/05/2023, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helcira Maria Rodrigues de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 16/05/2023, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2220113** e o código CRC **79D80B87**.

AGRADECIMENTOS

Considero que foi uns dos desafios mais difíceis, no qual embarquei, novos conhecimentos, novas amizades, dúvidas, enfim, tudo novo. Agradeço a Deus pela oportunidade de adquirir novos conhecimentos, novas experiências, e sentimentos novos. Agradeço aos colegas de cursos Joseval Miranda e Lenice Canhestro, pelo incentivo, ajuda e companheirismo ao longo do curso. Estendo minha gratidão aos docentes, toda equipe administrativa e tecnológica (Proleitura). Ao meu orientador, Wander Emediato, por ter acolhido minha proposta de pesquisa e me acompanhado de forma tão segura e dedicada.

“Escrever é estar no extremo de si mesmo, e quem está assim, se exercendo nessa nudez, a mais nua que há, tem pudor de que outros vejam o que deve haver de esgar, de tiques, de gestos falhos, de pouco espetacular na torta visão de uma alma no pleno estertor de criar.”
João Cabral de Melo Neto

RESUMO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, nasceu com o objetivo de revelar um panorama da realidade da Educação Básica no Brasil. Hoje, tem como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes do ensino médio e fornecer um indicador de qualidade da educação no país. O Enem é composto por quatro provas objetivas, cada uma com quarenta e cinco questões de múltipla escolha e também inclui uma redação, na qual o estudante deve produzir um texto dissertativo-argumentativo sobre um tema proposto. O presente trabalho acadêmico tem como objetivo analisar principalmente a argumentação e a estruturação de quatro redações que obtiveram nota máxima no exame, nota mil, com o propósito de verificar a qualidade argumentativa e o atendimento às diferentes competências exigidas na prova de redação do exame tendo como referência principal os autores Charaudeau (2009) e Emediato (2004). Por meio de uma revisão bibliográfica, será analisado os mecanismos que envolvem uma boa argumentação e construído um paralelo sobre como o conhecimento acerca dos tipos de argumentos e dos operadores argumentativos podem influenciar os estudantes na obtenção de uma nota 1000 na redação do Enem. Através dessa análise serão propostas sugestões para que o ensino argumentativo seja mais efetivo nas instituições escolares. Através desse estudo pode-se concluir que no caso das redações do Enem, o participante deve empregar argumentos de modo a fazer com que seu texto seja persuasivo.

Palavras-chave: Tipos de Argumentos. Argumentação. Argumentatividade. Operadores argumentativos. Redação nota 1.000. Enem.

ABSTRACT

The National Secondary Education Examination (ENEM), created in 1998, was born with the aim of revealing an overview of the reality of Basic Education in Brazil. Today, it aims to evaluate the performance of high school students and provide an indicator of the quality of education in the country. The Enem is composed of four objective tests, each with forty-five multiple-choice questions and also includes an essay, in which the student must produce a dissertation-argumentative text on a proposed topic. This academic work aims to analyze mainly the argumentation and structuring of four essays that obtained the maximum score in the exam, grade one thousand, with the purpose of verifying the argumentative quality and compliance with the different skills required in the exam's writing test, having as main reference the authors Charaudeau (2009) and Emediato (2004). Through a bibliographical review, the mechanisms that involve a good argument will be analyzed and a parallel will be built on how knowledge about the types of arguments and argumentative operators can influence students in obtaining a score of 1,000 in the Enem essay. Through this analysis, suggestions will be proposed for argumentative teaching to be more effective in school institutions. Through this study, it can be concluded that in the case of the Enem essays, the participant must use arguments in order to make his text persuasive.

Keywords: Types of Arguments. Argumentation. Argumentation. Argumentative operators. Writing note 1,000. Enem.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Relação triangular entre um sujeito, sua proposta e o sujeito-alvo	17
Quadro 2 - Resumo dos Modos de Raciocínio	20

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FALE – Faculdade de Letras.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

MEC – Ministério da Educação.

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	12
2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 ARGUMENTAÇÃO	15
2.2 ESTRUTURA DA ARGUMENTAÇÃO.....	19
2.3 OS TIPOS DE ARGUMENTOS.....	21
2.4 ARGUMENTAÇÃO RETÓRICA E DEMONSTRATIVA	25
2.5 OPERADORES ARGUMENTATIVOS	26
3.ANALISE DOS CORPOS	
3.1 ANÁLISE DE QUATRO REDAÇÕES NOTA 1.000 DO ENEM.....	30
3.1.1 Análise 1.....	35
3.1.2 Análise 2.....	38
3.1.3 Análise 3.....	42
3.1.4 Análise 4.....	44
4.CONCLUSÃO.....	48
5.REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta analisar os tipos de argumentos presentes em quatro redações nota mil no Exame Nacional do Ensino Médio. Os objetivos, a saber: 1- estudar os tipos de argumentos propostos por Charaudeau (2009) e Emediato (2004), entre outros, especificamente os argumentos de ligação que fundamentam a estrutura do real, considerando a dimensão argumentativa dos elementos que constroem o discurso a partir das condições de produção; 2 - analisar os tipos de argumentos de quatro redações que obtiveram nota mil no Enem, com base em quatro redações analisadas.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998, no Brasil, com o objetivo de examinar a qualidade do ensino médio em todo o território nacional. Contudo, depois que passou a ser também um dos maiores processos de seleção para o ingresso nas universidades, esse exame adquiriu uma grande dimensão, e deixou de ser um mero verificador da aprendizagem para ser o único processo avaliativo e por isso, bastante pleiteado.

A redação do Enem é uma etapa fundamental na avaliação dos estudantes, dessa maneira o ato argumentativo vem sendo debatido e ensinado em sala de aula. Levando em consideração que o ato de argumentar sempre esteve presente nos atos comunicativos de todos os sujeitos, pode-se compreender que na argumentação procura-se convencer, persuadir o leitor, acerca das ideias que foram apresentadas no seu texto.

Um dos critérios de avaliação deste exame do ensino médio, é a redação do gênero dissertativo-argumentativo, que devido à grande concorrência, passou a ser um objeto de ensino tacitamente imprescindível no ensino médio. Além disso, a decisão por analisar uma redação nota mil, justifica-se pelo fato da diferença do ensino argumentativo em escolas públicas, quando se analisa a redação ensinada na escola "pública", observa-se a falta da teoria da argumentação presente no processo de ensino e a ênfase sobre os aspectos morfológicos e sintáticos da língua.

Nessa perspectiva, Menezes (2006, p.87) comenta que, no que diz respeito no ensino, a argumentação é um campo ainda coberto de nebulosidade, já que, apesar de os próprios PCNs destacarem a importância do estudo centrado no discurso/texto, a opção explícita pelo trabalho com a argumentação só se dá em momentos

específicos, como se o seu estudo apenas em uma fase de formação fosse suficiente. O autor ainda acrescenta que uma coisa é certa “o ensino da argumentação pode levar a performances mais interessantes na convivência social e política”.

Para Charaudeau (2009), a tradição escolar nunca esteve muito à vontade com o gênero argumentativo e se as instruções oficiais recomendam que se desenvolvam as capacidades de raciocínio dos alunos, nada é dito sobre como se chegar a esse desenvolvimento. Para o autor, argumentar é uma atividade que inclui, pois, numerosos procedimentos, estando inscritos numa finalidade racionalizante, que fazem o jogo do raciocínio ser marcado por uma lógica e um princípio de não-contradição. Os demais gêneros (narrativo e descritivo), por sua vez, se inscrevem numa finalidade mimética e descritiva das percepções do mundo e das ações humanas.

Para Boff, Köche e Marinello (2017), argumentar diz respeito à discussão de problemas controversos. O que se busca é a sustentação de uma opinião ou sua refutação, tomando uma posição coerente perante o tema proposto. A dissertação se baseia em uma tese sobre um assunto específico, que possibilita a inclusão de novos dados, que apresenta razões a serem consideradas e direcionadas para uma conclusão.

O trabalho está estruturado da seguinte forma. Primeiramente, será apresentado o referencial teórico utilizado, abordando-se a distinção de argumentação e de opinião, a tipologia de argumentos conforme as obras que serviram de sustentação para a pesquisa e análise dos tipos de argumentos utilizados em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio de 2021.

Parte-se da ideia de que a argumentação constitui atividade estruturante do discurso e a sua progressão realiza-se por meio de articulações argumentativas. A força argumentativa do texto revela-se, em grande parte, pelo uso adequado dos argumentos e de uma estrutura argumentativa (operadores, conectores, raciocínios, causalidades, etc.).

A seguir, será apresentada a metodologia, que define o tipo de pesquisa, o corpus e a forma de análise dos dados. Por fim, é apresentada a análise das redações. Nas considerações finais, salienta-se a importância do uso adequado dos tipos de argumentos nas produções textuais e a necessidade de usá-los em um texto como forma de se compreender a tese/ argumento defendido.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão apresentados os conceitos que serviram de suporte para a análise do corpus desta pesquisa. Por meio de uma revisão bibliográfica da literatura existente sobre o tema será feita uma análise sobre os mecanismos que envolvem uma boa argumentação e um paralelo sobre como o conhecimento acerca dos tipos de argumentos e dos operadores argumentativos podem influenciar os estudantes na obtenção de uma nota 1.000 na Redação do Enem.

Será abordada, ainda, uma visão filosófica da argumentação, contextualizando com a realidade da redação do Enem, sendo ainda expostas as principais exigências relativas ao exame no que diz respeito à redação. Foi feita uma seleção de autores relevantes dentro da abordagem argumentativa, bem como de cartilhas e documentos que tratam sobre as competências para uma Redação Nota 1.000 no Enem.

A partir desse viés, serão analisadas quatro redações do Enem, com foco na argumentação, relacionando-a às competências exigidas pelo Enem. A partir dessa análise e correlação serão propostas sugestões finais para que o ensino argumentativo seja mais efetivo nas instituições escolares.

2.1 Argumentação

Koch (2003), aponta que, segundo as teorias da atividade verbal, o texto resulta de um tipo específico de atividade de influência consciente, teleológica e intencional de sujeitos humanos, individuais ou coletivos, sobre seu ambiente natural e social. Dessa forma, diz respeito à realização de uma atividade verbal, numa situação dada, com vistas a certos resultados. A escola psicológica e psicolinguística soviética, por sua vez, baseada em Vigotsky, emprega o termo "*deyatelnost*" para designar o complexo conjunto de processos postos em ação para a consecução de determinado resultado, que é, ao mesmo tempo, o motivo da atividade, ou seja, aquilo por meio do que se concretiza uma necessidade do sujeito. Tal atividade pode articular-se em três aspectos: motivação, finalidade e realização.

O estudo da argumentação tem alcançado posição de destaque nas pesquisas sobre linguagem. Em razão de o estudo do discurso ter adquirido força com o surgimento da Pragmática, estudo da linguagem em seu contexto de uso, a

argumentação passou a ser objeto de pesquisas. Argumentação é, pois, um conjunto de afirmações que defendem ou questionam um ponto de vista e que tem por objetivo convencer ou influenciar o leitor sobre algo.

Segundo Charaudeau (1992, p. 785) a argumentação é uma totalidade que o modo de organização argumentativo contribui para construir. A argumentação é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação e que têm uma finalidade persuasiva.

No discurso, a argumentação constrói-se por meio de relações que estão relacionadas à própria estrutura semântica da língua. Ao produzir um discurso, a língua é usada não só com o objetivo de transmitir mensagens, mas principalmente de interagir socialmente. A interação social realizada por intermédio da língua caracteriza-se pela argumentatividade.

Charaudeau afirma que:

Argumentar é, portanto, uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de uma dupla busca: uma busca de racionalidade que tende a um ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo. (...) e uma busca de influência que tende a um ideal de persuasão, o qual consiste em compartilhar com o outro um certo universo de discurso até o ponto em que este último seja levado a ter as mesmas propostas. (CHARAUDEAU, 2009, p. 206)

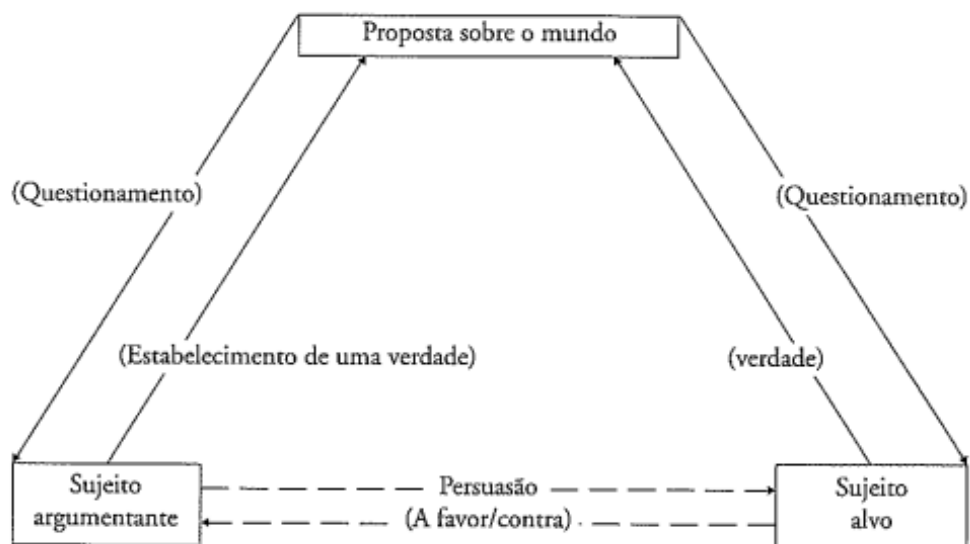
A força argumentativa de um texto oral ou escrito centra-se nos argumentos. Saber argumentar é essencial nas mais variadas situações. Argumentar significa, por meio da linguagem, buscar convencer/persuadir o ouvinte ou o leitor a respeito de certo posicionamento, defendendo um ponto de vista a respeito de dado assunto, baseado em argumentos.

Como afirma Charaudeau (2009, p. 203), "a argumentação não se limita a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos", já que muitas combinações frásticas não possuem marcas explícitas de operação lógica. Para o autor, para que de fato haja a argumentação é necessário que exista:

1. Uma proposta sobre o mundo, que provoque um questionamento em alguém quanto à sua legitimidade.
2. Um sujeito engajado com relação a esse questionamento, que tenha convicção e em cima dela desenvolva um raciocínio lógico, que estabeleça verdade, tanto própria quanto universal;

3. Um outro sujeito, que relacionado à mesma proposta, questionamento e verdade, constitua-se no alvo da argumentação. Trata-se da pessoa a quem o autor irá persuadir, ou seja, conduzir que compartilhe da mesma verdade proposta no texto. Há, entretanto, duas possibilidades, a de que o sujeito concorde com a proposta ou a refute.

Charaudeau (2009), nos aponta que há uma relação triangular entre um sujeito, sua proposta e o sujeito-alvo, sobre o qual atuará a persuasão, representada pelo quadro:



Fonte: Charaudeau (2009)

Para Emediato (2016), toda leitura e todo ato de escrever devem se pautar por uma relação dialógica e dialética com os textos e com a realidade objetos da reflexão, já que a expressão do pensamento crítico se pauta na concepção da argumentação, em que os sujeitos se colocam em situações dialéticas e dialógicas de refutação, em busca de argumentos e contra-argumentos que sustentem a ideia proposta. A atividade escolar deve ir além da extração de informações do texto, essas informações devem ser problematizadas em sua refutação, propiciando que o aluno dialogue criticamente com o texto lido e escrito, o que leva a um desenvolvimento da expressão do pensamento através da leitura e da escrita.

Em Brasil (2019), pode-se destacar que duas das competências explicitadas na cartilha elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep), que realiza o exame do ENEM, está relacionada à capacidade argumentativa. A competência 3 pede que o candidato selecione, relacione, organize e interprete informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Para atingir sucesso nesta competência, o redator deverá apresentar informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria em defesa de um ponto de vista.

Já a competência 4 da cartilha exige que o candidato demonstre o conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. São avaliados itens relacionados à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação de coerência ao longo do texto e a interdependência entre as ideias. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto para interrelacionar frases e parágrafos. Cada ideia nova precisa estabelecer conexão com as anteriores e para atingir desempenho máximo neste quesito, o candidato deve articular muito bem as partes do texto e apresentar repertório diversificado de recursos coesivos.

Para Charaudeau (2009), de acordo com os modos de organização do texto, a função básica do texto argumentativo é expor e provar casualidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor. Além disso, esse tipo de texto parte de um princípio de organização da lógica argumentativa, a encenação argumentativa. Para o autor, não se deve confundir os objetivos de comunicação (fazer aderir, compreender ou manipular) com certos meios discursivos (seduzir, persuadir). Argumentar inclui diversos procedimentos que se inscrevem numa finalidade racionalizante numa lógica e princípio de não contradição.

De acordo com Charaudeau (2009), argumentar é uma atividade discursiva em que existe uma dupla busca: uma busca de racionalidade que tende a uma explicação de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo e uma busca de influência que tende a um ideal de persuasão, compartilhando com o outro um certo universo discursivo para que este tenha as mesmas propostas.

2.2 Estrutura da Argumentação

Para Boff, Köche e Marinello (2017), para a produção de uma dissertação escolar, é necessário haver uma questão a ser discutida e uma proposta de solução

ou avaliação. Sua estrutura pode constituir-se das seguintes partes: situação-problema, discussão e solução-avaliação. A situação-problema contextualiza o assunto, guiando o leitor na progressão do texto, para facilitar seu entendimento acerca do que virá nas demais partes.

Já a discussão constrói a opinião a respeito da questão examinada. Os argumentos são expostos para fundamentar a posição assumida e refutar a posição contrária. Para evitar abstrações, pode valer-se de pequenos relatos, comparações, voz de autoridade no assunto, dados estatísticos, breves exemplos ou notícias já publicadas pela mídia. Isso torna o texto consistente, já que, por natureza, a opinião é abstrata e necessita ser fundamentada com todos os artifícios.

A solução-avaliação evidencia a resposta ao problema proposto, que pode ser a reafirmação do ponto de vista defendido ou uma apreciação sobre o assunto. Portanto, essa parte não se restringe a uma paráfrase ou a uma síntese do que foi discutido anteriormente.

Segundo Guedes (2002), as qualidades essenciais de uma dissertação são quatro: unidade temática, objetividade, concretude e questionamento. A Unidade temática mostra com clareza a questão tratada para despertar o interesse do leitor. A escolha de um tema específico é fundamental, para não cair no risco das generalidades mais óbvias e conhecidas. A especificidade é um pré-requisito para a produção de um texto original. A objetividade: consiste na capacidade de perceber os objetos, ou seja, as coisas e ideias de modo independente. Essa qualidade permite o claro reconhecimento de uma posição teórica, de um ponto de vista. Já a concretude define os conceitos com clareza. Isso possibilitará ao leitor atribuir o sentido exato que o autor quis dar ao seu texto, evitando que aquele encontre os sentidos apenas por aquilo que já conhecia sobre o assunto.

Guedes (2002) aponta ainda como qualidade fundamental para uma dissertação, o questionamento, que faz parte da natureza da dissertação, que precisa apresentar ao leitor um problema, uma questão que, possa afetá-lo, incomodá-lo, agradá-lo, e propor uma solução para esse problema ou equacioná-lo, mostrando o caminho pelo qual poderia ser resolvido, ou denunciá-lo, trazendo-o ao conhecimento do leitor. Neste âmbito é fundamental ter clareza nos conceitos elaborados, usar adequadamente os fatos e organizar um raciocínio correto que estabeleça relação entre conceitos e fatos.

Charaudeau (2009) nos aponta que o texto argumentativo tem função de permitir a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo numa dupla perspectiva. A primeira seria a razão demonstrativa, que se baseia num mecanismo que busca estabelecer relações de causalidade diversas que se estabelecem através da organização da lógica argumentativa, ligados aos tipos de relações e tipos de validação existentes. A segunda, consiste na razão persuasiva: se baseia num mecanismo que busca estabelecer a prova com a ajuda de argumentos que justifiquem as propostas a respeito do tema, e as relações de causalidade que unem as asserções umas às outras.

Para Charaudeau (2009), toda relação argumentativa é composta por pelo menos três elementos: asserção de partida (dado, premissa), asserção de chegada (conclusão: causa ou consequência, resultado) e asserção de passagem, relação de causalidade que une A1 a A2 (prova, argumento, inferências). Para ele, a lógica argumentativa segue alguns procedimentos, como os modos de raciocínio abaixo descritos no quadro “Resumo dos Modos de Raciocínio”:

“DEDUÇÃO”:	<ul style="list-style-type: none"> - por silogismo - pragmática - condicional
“EXPLICAÇÃO”:	<ul style="list-style-type: none"> - por silogismo - pragmática - por cálculo - hipotética
“ASSOCIAÇÃO”:	<ul style="list-style-type: none"> - dos contrários - do idêntico
“ESCOLHA ALTERNATIVA”:	<ul style="list-style-type: none"> - incompatibilidade - escolha entre positivo/negativo - escolha entre duas negativas - escolha entre duas positivas

“CONCESSÃO RESTRITIVA”

Fonte: Charaudeau (2009)

Charaudeau (2009) nos aponta ainda que existem três componentes fundamentais na encenação argumentativa, são eles: proposta, proposição e persuasão. Uma proposta se compõe de uma ou mais asserções que dizem algo sobre os fenômenos do mundo, quando se confronta uma asserção com uma outra, correspondendo à chamada tese. A proposição parte de um quadro de questionamento baseado na possibilidade de discutir a proposta. A persuasão coloca em evidência um quadro de raciocínio persuasivo que é destinado a desenvolver uma das opções do quadro de questionamento, a controvérsia, para estabelecer a prova da posição adotada na proposição.

2.3 Os tipos de Argumentos

Boff, Köche e Marinello (2017) nos descrevem três tipos de argumentos. O argumento de autoridade, que consiste na citação de autores renomados ou de autoridades no assunto para comprovar uma tese, seu emprego torna o discurso mais consistente. A utilização de provérbios, máximas, ditos populares e expressões consagradas também são exemplos de argumentos de autoridade. Há ainda o argumento de consenso, que consiste no uso de proposições evidentes por si mesmas ou universalmente aceitas como verdade. O argumento de provas concretas apoia-se em fatos, dados estatísticos, exemplos e ilustrações para comprovar a veracidade do que se diz. As autoras propõem ainda o argumento de competência linguística, que consiste no emprego da linguagem adequada à situação de interlocução.

De acordo com Koch (2002), o ato de argumentar pode ser visto como o ato de persuadir, sendo que a argumentação e a retórica funcionam quase como sinônimos. A linguagem pode ser encarada como uma forma de ação dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade. Isso, por si só, já justificaria um estudo aprofundado da argumentação, mas há outros, tão importantes quanto, como a preocupação básica de levar o aluno não só ao conhecimento da gramática de sua língua, mas, sobretudo, ao desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e sobre como a linguagem faz-se instrumento de interação social neste contexto.

Pode-se citar alguns tipos de argumentos que são fundamentais para o desenvolvimento de uma argumentação eficiente na construção de uma redação nota 1000 do ENEM, como o argumento de autoridade, o de exemplificação e o de comparação (os mais utilizados), havendo ainda, a argumentação por enumeração, por alusão histórica e por causa e efeito. O importante é formular um amplo repertório de conhecimentos e encontrar um equilíbrio nesta construção.

De acordo com Garcia (2010), a formulação dos argumentos constitui a argumentação propriamente dita: é aquele estágio em que o autor apresenta as provas ou razões, o suporte das suas ideias. A coerência do raciocínio, nesta etapa, é de suma importância. O autor deve lembrar-se de que só os fatos provam (fatos no sentido mais amplo: exemplos, estatísticas, ilustrações, comparações, descrições, narrações). Além disso, a ordem em que as provas são apresentadas também é fundamental; o autor deve escolher a que melhor se ajuste à natureza da sua tese, a que seja mais capaz de impressionar e manter a atenção do leitor.

A redação dissertativa é um texto argumentativo em que o escritor disserta sobre determinado assunto, porém sempre com um teor opinativo. O texto dissertativo é pautado na exposição de ideias, argumentos e ponto de vista do autor. Apresenta uma estrutura básica dividida em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Segundo Garcia (2010), há uma ordem argumentativa padrão, chamada de Plano-padrão da argumentação formal, que consiste nas seguintes etapas:

1. Proposição (afirmativa, suficientemente definida e limitada; não deve conter em si mesma nenhum argumento, isto é, prova ou razões)
2. Análise da proposição
3. Formulação dos argumentos (evidência):
 - a) fatos;
 - b) exemplos;
 - c) ilustrações;
 - d) dados estatísticos;
 - e) testemunho.
4. Conclusão

Para Guimarães (2017), de acordo com a competência II Nível 5 do Manual de Redação do ENEM, exige-se do aluno uma argumentação consistente, repertório sociocultural produtivo e excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Logo,

é preciso preocupar-se com o cumprimento dessas três exigências. A argumentação consistente diz respeito à presença de ideias não estereotipadas e ainda, claramente defendidas no texto. O texto deve apresentar um ponto de vista (tese) claro e consistente ao longo da argumentação. Só se pode argumentar em favor da defesa de algo que exista. Sem tese, é impossível construir uma argumentação consistente.

Guimarães (2017) aponta ainda, que o repertório sociocultural é outra condição imprescindível para atribuição dos 200 pontos na Competência II. A falta dele é seguramente um dos problemas mais frequentes nas redações do Enem. Espera-se do estudante concluinte do Ensino Médio a capacidade de mobilizar um conjunto particular de informações sobre o tema proposto e organiza-lo de maneira a imprimir personalidade ao texto. É preciso que se haja uma dedicação por parte do aluno a construir um repertório particular de informações para as grandes áreas geradoras de temas, ou seja, é preciso que o candidato construa seu próprio “estoque” de conhecimentos, para que seja possível a obtenção da nota 1000 na redação do ENEM.

Para Garcia (2010), a argumentação pode ser feita por três tipos principais: argumento de autoridade, argumento por exemplificação e argumento por comparação. O argumento de autoridade consiste em utilizar uma autoridade no assunto para embasar melhor a tese proposta como por exemplo, citar líderes políticos, filósofos, sociólogos e cientistas durante a construção das ideias. O argumento por exemplificação consiste em usar como exemplo um fato, como um acontecimento histórico ou uma notícia jornalística.

Ele auxilia na comprovação da tese do texto, pois permite uma melhor visualização da tese. Esses argumentos, em geral, vêm acompanhados por conectores como “por exemplo”, “no caso de”, e “contextualizando”. Já argumento por comparação, deve fazer uma analogia entre duas ideias, exaltando ou diferenças ou similaridades entre elas, utilizando como exemplo, os seguintes conectores: “de maneira análoga”, “igualmente”, “assim como”, ou “semelhante a”.

De acordo com Garcia (2010), podemos citar ainda o Argumento por causa e consequência, que busca comprovar a tese defendida a partir da exploração das relações de causa e consequência associadas ao tema debatido e o Argumento por princípio, a justificativa é um princípio, ou seja, uma crença pessoal baseada numa constatação (lógica, científica, ética, estética etc.) aceita como verdadeira e de

validade universal. Os dados apresentados, por sua vez, dizem respeito a um fato isolado, mas aparentemente relacionado ao princípio em que se acredita. Ambos ajudam o leitor a chegar a uma tese, ou conclusão, por meio da dedução.

Há diversas maneiras de construir uma argumentação. A depender das informações a que se tem acesso, deve-se refletir sobre qual tipo de argumento será mais adequado e pertinente para fundamentar a ideia. É importante se lembrar que o objetivo da argumentação é convencer o leitor sobre um ponto de vista, ou seja, persuadi-lo. Para que isso seja feito de modo eficaz, é importante formular argumentos consistentes, coerentes e coesos. Citações, ilustrações e dados estatísticos podem oferecer ainda mais credibilidade e sustentação à tese proposta pelo autor.

2.4 Argumentação retórica e demonstrativa

A argumentação é, por definição, uma exposição de ideias, argumentos e pontos de vistas que visam persuadir o outro lado partindo-se de proposições que podem ser refutadas; a demonstração, por sua vez, consiste em um exercício racional monologado ou impessoal, em que existem proposições indiscutíveis, hipóteses através das quais, se chegará a um conclusão.

A racionalidade humana não se esgota na validade formal, pois a maior parte dos problemas com que nos deparamos não dependem de critérios formais rígidos, mas sim de critérios que se prendem mais com a força persuasiva, a relevância e a pertinência dos argumentos e das premissas desencadeadas a partir de opiniões geralmente aceites. Entramos, assim, no domínio da argumentação ou “dedução dialética”, nas palavras de Aristóteles, a demonstração é constringente, não discutível, enquanto a argumentação pressupõe premissas plausíveis e passíveis de serem questionadas.

De acordo com Oliveira (2021), o sistema retórico Aristotélico compõe o gênero “redação do Enem”, aproximando-se do gênero retórico deliberativo (ou político), postulado pelo filósofo. Essa afirmativa se justifica pelo fato de que esse gênero apresenta como objetivo principal aconselhar ou desaconselhar uma ação ou tomada de posição diante de uma assembleia votante. Alicerçadas nos preceitos defendidos por Aristóteles (2011), propõe a noção de auditório como fator de aproximação e

caracterização do gênero deliberativo. Ou seja, o produtor da redação emprega argumentos e constrói propostas de intervenção que intentem convencer o auditório a quem ele se direciona.

Oliveira (2021) reforça que na produção da redação, os argumentos são utilizados pelo candidato para embasar a discussão de que trata o texto; já a proposta de intervenção, peculiar da redação do Enem, é o momento de aconselhar ou desaconselhar atitudes plausíveis que apresentem soluções para a problemática discutida no texto. Sendo assim, a classificação apontada nos estudos aristotélicos pode apresentar alguns traços de semelhanças com os gêneros atuais e são esses traços que nos levam a concluir que a redação do Enem apresenta características retórico-argumentativas, aproximando-a dos elementos sobre os gêneros discutidos pelo referido autor.

Para Aristóteles (2011), o argumento demonstrativo trata de verdades estabelecidas e indiscutíveis, possui características rígidas e aplicáveis às ciências lógico-dedutivas, partindo de proposições consideradas verdadeiras para chegar-se a conclusões igualmente verdadeiras. Esses argumentos são ainda, impessoais e independem do contexto. Já a argumentação retórica é flexível e pauta-se nas ciências sociais e humanas, partindo de proposições verosímeis e chegando a conclusões prováveis, utilizando-se de personalidade e da contextualização. Na demonstração teríamos um raciocínio analítico e na argumentação um raciocínio dialético.

Aristóteles (2011) distingue ainda, em sua obra sobre a retórica, três formas de argumentação: a primeira é baseada no carácter (ethos) do orador; a segunda, baseada no estado emocional (pathos) do auditório; a terceira, baseada no argumento (logos) propriamente dito. No Ethos, persuade-se pelo carácter do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança. No Pathos, os argumentos são populares e funcionam como estratégias para despertar e manipular as emoções, desejos e paixões da maioria das pessoas. Já o Logos é centrado na tese em si, que deve ser bem estruturada, sob o ponto de vista lógico argumentativo, para ser clara e bem compreendida. O orador deve selecionar argumentos, antecipar objeções e procurar recursos estilísticos.

2.5 Operadores argumentativos

Os operadores argumentativos são elementos textuais muito importantes na construção de um texto. Eles são os responsáveis pela coesão textual e, além de fazerem o encadeamento dos segmentos do texto, eles estabelecem uma relação semântica entre as partes (causa, conclusão, contradição, entre outras). Têm a função de interpor as ideias de um discurso, conferindo-lhes uma relação de sequencialidade.

Os operadores são utilizados para introduzir vários tipos de argumentos. Vejamos a seguir, alguns operadores mais comuns vistos em Koch (2002):

1. Ainda: Operador que pode servir como marcador de excesso temporal/ não temporal ou como introdutor de mais um argumento a favor de uma determinada conclusão.
EX: Ele ainda não se considera derrotado. (marca temporal)
EX: Convém frisar ainda que... (Introdutor de mais um argumento).
2. A fim de que: Operador de finalidade.
EX: Cheguei cedo, a fim de adiantar o trabalho.
3. Como: Operador que estabelece relação de comparação ou de conformidade.
EX: Choveu como chove em Manaus. (comparação)
EX: Choveu como foi previsto. (conformidade)
4. Embora: Operador de concessão.
EX: Acompanhei o comício, embora não tenha sido da minha vontade.
5. Então/Portanto: Operadores conclusivos que orientam argumentos para uma direção.
EX: Estudou muito, portanto sairá bem no exame
EX: A vida é feita para ser bem vivida, então não faça mal a si mesmo.
6. Já que: Operador que introduz causalidade, explicação.
EX: Já que o Brasil é um país democrático, devemos ter voz. (causa)
7. Mesmo que: Operador que introduz um enunciado concessivo.
EX: Mesmo que fosse bom jogador, não ganharia a partida.

8. Mas/Entretanto: Operadores que introduzem ideias opostas orientadas para conclusões contrárias.
EX: O carro bateu, mas ninguém se feriu.
EX: Ele saiu cedo, entretanto não chegou na hora combinada.
9. Não só...mas também: Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.
EX: Ele não é só inteligente, mas também muito articulado.
10. Por isso: Operador que introduz uma conclusão para argumentos anteriores.
EX: Ela estava doente, por isso não foi à aula.
11. Porque/Pois: Operadores de coordenação que introduzem um ato de justificativa/explicação no enunciado anterior.
EX: Devolva-me o livro, pois estou precisando dele
EX: Ela não vai entrar porque está com pouco tempo.
12. Se: Operador que estabelece uma relação de condição.
EX: Viajaremos se não chover amanhã.
13. Somente: Operador denotativo de exclusão.
EX: Ele somente fica satisfeito quando come tudo.
14. Tão ...quanto: Operadores que estabelecem relação de comparação entre elementos do enunciado.
EX: O Brasil é tão autossuficiente quanto os Estados Unidos.

Boff, Köche e Marinello (2017) nos apontam que os operadores argumentativos são essenciais na leitura e produção textual, especialmente nos gêneros das ordens do argumentar e do expor. São elementos linguísticos de extrema importância na argumentação, já que estabelecem relações entre os segmentos do texto: orações de um mesmo período, períodos, sequências textuais, parágrafos ou partes de um texto.

Eles existem para orientar a sequência do discurso, determinando possíveis encadeamentos com outros enunciados capazes de continuá-lo. São exemplos de operadores argumentativos as preposições, os advérbios, as conjunções, as locuções prepositivas, adverbiais e conjuntivas, e palavras que não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais, como os denotadores de inclusão e de exclusão.

Para Emediato (2004), a operação lógico-semântica consiste em relacionar duas declarações sobre o mundo, formando em geral, um período composto. Por isso, na argumentação, as conjunções são operadores argumentativos e são aliadas para criar relações de sentido entre as ideias evocadas pelas orações conectadas. O tipo de conjunção que as liga realiza relações lógicas e semânticas. A conjunção pode funcionar, portanto, como um índice de atitude argumentativa e pode-se modificar o sentido de duas asserções alterando-se apenas as conjunções, que podem ser aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas ou explicativas, representando as diferentes formas do raciocínio lógico.

Os operadores argumentativos garantem um texto coeso e coerente. Boff, Köche e Marinello (2017) apontam que os principais operadores argumentativos são: os de Adição (e, também, ainda, nem etc.), de Finalidade (a fim de, a fim de que, com o intuito de, para, para que, com o objetivo de etc.), de Causa e Consequência (porque, pois, visto que, já que, em virtude de, uma vez que, devido a, por motivo de), que iniciam uma oração subordinada denotadora de causa, de Explicação (porque, pois, já que etc.), os de Oposição (mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto, embora, etc.), que contrapõem argumentos voltados para conclusões, de Condição (caso, se, contanto que, a não ser que, a menos que, desde que etc.), que indicam uma hipótese ou uma condição necessária para a realização ou não de um fato, de Tempo (quando, em pouco tempo, em muito tempo, logo) de Proporção (à medida que, à proporção que, ao passo que, tanto quanto, tanto mais etc.), de Conformidade (conforme, para, segundo, de acordo com, como etc.), de Conclusão (portanto, então, assim, logo, por isso, por conseguinte), de Alternância (ou, ou...ou, ou então, quer...quer, seja... seja, ora...ora etc.), de Comparação (como, mais...[do] que, menos que, tão [tanto]...como, tão [tanto, tal]...quanto, assim como etc.), de Esclarecimento (ou seja, quer dizer, isto é, vale dizer etc.), de Inclusão (até mesmo, até, mesmo, inclusive, também etc.) e de Exclusão (somente, só, apenas, senão etc).

Para Almeida (2015), a palavra “texto” significa tecido. Assim, podemos dizer que os conectivos são responsáveis pela costura dos retalhos (das partes) do texto, garantindo unidade de sentido. A escolha do conectivo é de suma importância para se expressar com clareza. A simples troca do conectivo muda todo o significado do contexto. As partes do texto devem estar bem relacionadas entre si, garantindo a coesão. As orações que foram os períodos e os parágrafos precisam estar interligadas para que o leitor consiga acompanhar o raciocínio do autor e entender sua intenção. Nem sempre é necessário usar um conectivo, pois em alguns casos, as proposições estão ligadas por uma relação de causa e efeito, mas de modo geral, o conectivo é necessário, sendo que há uma conjunção perfeita para cada tipo de relação que se pretende estabelecer entre duas orações.

3. ANALISE DOS CORPOS

3.1 Análise de quatro redações nota 1.000 do ENEM

Na visão de Charaudeau (2009), a Semiologia postula que a construção de sentidos, mediante qualquer ato de linguagem, procede de um sujeito que se dirige

a outro sujeito, dentro de uma situação de intercâmbio, de troca. Neste contexto, é fundamental a escolha de recursos linguísticos que podem ser utilizados em determinados gêneros discursivos. O autor esclarece que todo ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito e, por esse motivo, vai nascer de circunstâncias de discurso específicas.

No contexto das redações do ENEM, é possível, contextualizar a visão de Charaudeau (2009), já que há um propósito (tematização do ato de linguagem) envolvendo as restrições temáticas textuais exigidas dos candidatos na proposição do tipo de linguagem a ser seguida na construção do texto dissertativo. No que se refere à finalidade da troca, pode-se destacar duas principais visões pragmáticas: a visada de incitação (fazer-crer) e a visada de informação (fazer-saber), já que grande parte da redação do ENEM se utiliza da existência, do surgimento ou da explicação de fatos para estruturar-se. No âmbito das circunstâncias materiais da troca, existe a situação comunicativa monologal, já que o candidato não interage em tempo real com o interlocutor.

A prova de redação do ENEM exige a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. A proposta é defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. O texto deve ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa e deverá ser redigida uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto, que respeite os direitos humanos.

De acordo com Brasil (2022), a matriz da redação Enem é dividida em cinco competências, cada uma tem o valor de 200 pontos e, juntas, totalizam os 1000 pontos da redação. Cada competência examina um aspecto diferente do texto e é subdividida em diferentes níveis, que servem para pontuar o desempenho do candidato. As cinco competências da redação do Enem se subdividem em: Competência 1, que exige o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa; Competência 2, em que o participante deve compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema; a Competência 3, que exige selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e

argumentos em defesa de um ponto de vista; a Competência 4, em que o participante deverá demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação e a Competência 5, que exige a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. Nos próximos parágrafos serão abordadas as competências da Redação do Enem, conforme Brasil (2022).

A Competência 1 avalia se o participante domina a modalidade escrita formal da língua portuguesa, tendo pleno conhecimento das convenções da escrita, entre elas as regras de ortografia e de acentuação gráfica regidas pelo atual Acordo Ortográfico. O domínio da modalidade escrita formal será observado na adequação do texto em relação tanto às regras gramaticais quanto à fluidez da leitura, que pode ser prejudicada ou beneficiada pela construção sintática.

A Competência 2 irá avaliar se o participante compreendeu a proposta de redação de se aplicou conceitos das diversas áreas do conhecimento para desenvolvê-la, dentro dos limites do texto dissertativo-argumentativo em prosa. Esse aspecto avalia a compreensão da proposta de redação, composta por um tema específico a ser desenvolvido na forma de texto dissertativo-argumentativo – ou seja, a proposta exige que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é o tipo de texto que demonstra, por meio de argumentação, a assertividade de uma ideia ou de uma tese. É mais do que uma simples exposição de ideias ou de uma opinião; por isso, não se deve elaborar um texto de caráter apenas expositivo, devendo-se assumir claramente um ponto de vista e defendê-lo em busca de persuadir o leitor sobre a ideia proposta.

A Competência 3 refere-se à seleção, relação, organização e interpretação de informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Esse aspecto avalia a forma como o autor do texto seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido como tese. É preciso, então, elaborar um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida em relação à temática da proposta de redação.

A terceira competência aborda, portanto, a inteligibilidade do texto, ou seja, avalia a coerência e a plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que é garantido pelo planejamento prévio à escrita, ou seja, pela elaboração de um projeto de texto. A

inteligibilidade do texto depende da seleção dos argumentos, do desenvolvimento de uma relação de sentido entre as partes do texto, uma progressão temática adequada, revelando que os argumentos não estão soltos e sim, propostos em ordem lógica, de forma organizada, revelando que houve um planejamento das ideias. É importante que os argumentos sejam amplamente desenvolvidos, explicitando-se a relevância das ideias apresentadas para a defesa de um ponto de vista.

Ainda neste âmbito, para que a Competência 3 atinja a nota máxima, é necessário grande foco na coerência e na coesão do texto. A coerência se estabelece por meio das ideias apresentadas e dos conhecimentos expostos, garantindo a construção do sentido. Está relacionada ao entendimento e à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. O leitor poderá compreender esse texto, refletir a respeito das ideias nele contidas e, em resposta, reagir de maneiras diversas: aceitar, recusar, questionar e até mesmo mudar seu comportamento em face das ideias do autor, compartilhando ou não da sua opinião.

Para garantir a coerência, é preciso que exista uma organização das ideias selecionadas, que possibilitem que o leitor acompanhe o raciocínio facilmente, o que significa que a progressão textual deve ser fluente e articulada com o projeto do texto. A introdução, o desenvolvimento e a conclusão devem ser analisado com minúcia, para que se avalie se há coerência entre o início, o meio e o fim da redação. É preciso que haja uma apresentação clara da tese e uma seleção coerente dos argumentos que a sustentam. Deve haver ainda, um encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações também coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições ou saltos temáticos. É importante que o desenvolvimento dessas ideias seja feito por meio da explicitação, explicação ou exemplificação das informações, fatos e opiniões, de modo a justificar o ponto de vista escolhido.

A Competência 4 aborda o conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. Os aspectos a serem avaliados nesta competência dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. As frases e os parágrafos devem estabelecer entre si uma relação de sequenciação coerente e coesa e uma interdependência entre as ideias. Essa articulação é feita mobilizando-se recursos coesivos, em especial operadores argumentativos, que são responsáveis pelas relações semânticas construídas ao

longo do texto, por exemplo, relações de igualdade, de adversidade, de causa-consequência, de conclusão etc. Já as preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem uma interrelação entre orações, frases e parágrafos.

Alguns aspectos podem garantir a coesão do texto, como a boa estruturação dos parágrafos. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver uma articulação entre um parágrafo e outro. É necessário que haja ainda a estruturação dos períodos, que são, normalmente, estruturados de modo complexo, formados por duas ou mais orações, para que se possa também expressar as ideias de causa-consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, entre outras. Por fim, é necessário que seja feita uma constante referência a pessoas, coisas, lugares e fatos etc, que são introduzidas e, depois, retomadas, à medida que o texto vai progredindo.

Esse processo pode ser realizado mediante o uso de pronomes, advérbios, artigos ou vocábulos de base lexical, estabelecendo relações de sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia e de expressões resumitivas, metafóricas ou metadiscursivas.

Algumas estratégias auxiliam na coesão da argumentação, como, por exemplo, a substituição de termos ou expressões que já apareceram no texto por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indicam localização, artigos ou ainda por sinônimos, hipônimos, hiperônimos ou expressões resumitivas. Pode-se também substituir verbos, substantivos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que retomem o que já foi dito, por elipses ou pode-se omitir elementos que já tenham sido citados.

Para garantir as exigências da Competência 4, é fundamental a utilização de operadores argumentativos para relacionar orações, frases e parágrafos, verificando-se se o elemento coesivo utilizado estabelece a relação de sentido pretendida.

Por último, há a Competência 5, que exige que seja elaborada uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando-se os direitos humanos. O quinto aspecto avalia a proposta de intervenção para o problema abordado, que esteja em consonância com os direitos humanos. Essa proposta deve sugerir uma iniciativa que busque, mesmo que minimamente, enfrentar o problema proposto. É importante ressaltar que as provas de redação do Enem normalmente abordam temas

complexos, muitas vezes problemas de difícil resolução, de ordem social, científica, cultural ou política. Por isso, é importante que o participante tenha um repertório argumentativo amplo para que consiga sugerir possibilidades de solução para os problemas apresentados.

Existem várias formas de propor uma intervenção e é preciso garantir que ela esteja adequada ao tema proposto. A proposta deverá estar explícita, pois caso seja identificada uma falta de ação ou de um projeto que não apresente certezas em sua estrutura, sem demonstrar clareza do que está sendo proposto não configura uma proposta de intervenção. Deve-se evitar, portanto, propostas vagas, genéricas ou incompatíveis com a discussão.

Para Garcia (2010), uma boa argumentação envolve escolher as palavras mais apropriadas, recorrer aos recursos que a língua oferece, planejar o modo de dizer, os argumentos consistentes que serão usados para persuadir quem tem uma posição contrária à nossa. Quem argumenta aprende a usar a força da palavra, a jogar com a emoção, a formar a opinião do leitor ou ouvinte e, por conseguinte, persuadi-lo.

A seguir serão analisadas redações do ENEM, suas relações argumentativas e como essas relações influenciaram na obtenção da nota máxima no exame.

3.1.1 Análise 1

Tema: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na Internet (2018).

Autor: Lucas Felpi

No livro 1984 de George Orwell, é retratado um futuro distópico em que um Estado totalitário controla e manipula toda forma de registro histórico e contemporâneo, a fim de moldar a opinião pública a favor dos governantes. Nesse sentido, a narrativa foca na trajetória de Winston, um funcionário do contraditório Ministério da Verdade que diariamente analisa e altera notícias e conteúdos midiáticos para fornecer a imagem do Partido e formar a população através de tal ótica. Fora da ficção, é fato que a realidade apresentada por Orwell pode ser relacionada ao mundo cibernético do século XXI: gradativamente, os algoritmos e sistemas de inteligência

artificial corroboram para a restrição de informações disponíveis e para a influência comportamental do público, preso em uma grande bolha sociocultural.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, em função das novas tecnologias, internautas são cada vez mais expostos a uma gama limitada de dados e conteúdos na internet, consequência do desenvolvimento de mecanismos filtradores de informações a partir do uso diário individual. De acordo com o filósofo Zygmund Bauman, vive-se atualmente um período de liberdade ilusória, já que o mundo globalizado não só possibilitou novas formas de interação com o conhecimento, mas também abriu porta para a manipulação e alienação semelhantes vistas em “1984”. Assim, os usuários são inconscientemente analisados pelos sistemas e lhes é apresentado apenas o mais atrativo para o consumo pessoal.

Por conseguinte, presencia-se um forte poder de influência desses algoritmos no comportamento da coletividade cibernética: ao observar somente o que lhe interessa e o que foi escolhido para ele, o indivíduo tende a continuar consumindo as mesmas coisas e fechar os olhos para a diversidade de opções disponíveis. Em um episódio da série televisiva *Black Mirror*, por exemplo, um aplicativo pareava pessoas para relacionamento com base em estatísticas e restringia as possibilidades para apenas as que a máquina indicava – tornando o usuário passivo na escolha. Paralelamente, esse é o objetivo da indústria cultural para os pensadores da Escola de Frankfurt: produzir conteúdo a partir do padrão de gosto do público, para direcioná-lo, torná-lo homogêneo e, logo, facilmente atingível.

Portanto, é mister que o Estado tome providências para amenizar o quadro atual. Para a conscientização da população brasileira a respeito do problema, urge que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) crie, por meio de verbas governamentais, campanhas publicitárias nas redes sociais que detalhem o funcionamento dos algoritmos inteligentes nessas ferramentas e advertam os internautas do perigo da alienação, sugerindo ao interlocutor criar o hábito de buscar informações de fontes variadas e manter em mente o filtro a que ele é submetido. Somente assim, será possível combater a passividade de muitos dos que utilizam a internet no país e, ademais, estourar a bolha que, da mesma forma que o Ministério da Verdade construiu em Winston de “1984”, as novas tecnologias estão construindo nos cidadãos do século XXI.

Análise:

De acordo com Emediato de Souza (2001), seguindo as ideias de Toulmin, o texto argumentativo deve seguir uma certa tipologia de provas, e seguir uma linha argumentativa, como por exemplo, as argumentações fundadas no real, de autoridade ou as relacionadas aos motivos e desejos de uma pessoa.

O estudante Lucas Felpi inicia o texto, utilizando o livro 1984 de George Orwell, em que é retratado um futuro distópico em que um Estado totalitário controla e manipula toda forma de registro histórico e contemporâneo, a fim de moldar a opinião pública a favor dos governantes. Nesse sentido, a narrativa propõe uma argumentação começa com argumento de autoridade, pois cita um autor renomado e sua obra clássica, que se relaciona ao tema proposto, bem como parte de um paralelismo de situações, utilizando um argumento de comparação, de analogia com a situação do livro, que se assemelha ao tema proposto, ou seja, à manipulação de usuários da internet por meio do controle de dados, comparado ao controle exercido, no livro, pelo “Grande Irmão”.

O estudante demonstra domínio da língua portuguesa (competência 1), apresentando riqueza de vocabulário, como por exemplo, através dos termos: restrição de informações (em vez de um termo mais coloquial, como “limitação de informações”), influência comportamental (ao invés de simplesmente de “influência do comportamento”) e bolha sociocultural (expressão que reflete perfeitamente o que o autor quis dizer). O autor mostra que compreendeu o tema proposto e aplicou conceitos das diversas áreas do conhecimento (competência 2), citando o livro de George Orwell (literatura), a série “Black Mirror” (cultura), além de desenvolver os argumentos citando mecanismos relacionados à estatística e a tecnologia utilizada no controle virtual de dados.

Felpi prova aos corretores que compreendeu o que o tema estava exigindo e demonstrou uma visão consistente nos argumentos do primeiro desenvolvimento e o estabelecimento de relação entre causa e efeito, como por exemplo no trecho “[...] internautas são cada vez mais expostos à uma gama limitada de dados e conteúdos na internet [...]”, que seria a causa, relacionado ao trecho “[...] consequência do desenvolvimento de mecanismos filtradores de informações a partir do uso diário individual [...]”, a consequência.

Os argumentos estão bem encadeados, seguindo uma ordem, bem organizados e bem relacionados, o que atende à competência 3. O estudante continuou demonstrando ter senso crítico ao utilizar e explicar o conceito de “liberdade ilusória” elaborado por Zygmunt Bauman (argumento de autoridade) e relacioná-lo com as expressões de “manipulação” e “alienação”. Ele afirma que esses mesmos artifícios de manipulação e alienação se assemelham com a obra de Orwell (argumento de analogia), retornando à ideia da introdução e relembrando o corretor de que não se esqueceu do que havia escrito inicialmente, garantindo, ainda, o cumprimento do requisito de coerência no texto, como exige a terceira competência.

Essa ordem dos argumentos pode ser percebida, ainda, pela utilização dos seguintes operadores argumentativos, em cada parágrafo, seguindo a ordem: em primeiro lugar, por conseguinte e, portanto. Essa utilização dos operadores corrobora ainda com a Competência 4, revelando conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação, mantendo o texto coeso, retomando termos e evitando repetições ao longo do texto.

Por último, a redação contempla a competência 5, que exige que seja elaborada uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando-se os direitos humanos. A proposta de intervenção está presente, ou seja, o autor propõe uma solução palpável para a alienação provocada no mundo virtual (conscientização por parte do MEC), detalhando como seria possível, por meio de verbas públicas, instruir o cidadão a respeito dos perigos cibernéticos que levam a um consumismo passivo de coisas e ideias. Essa proposta fortalece os argumentos citados com base nos direitos humanos, como por exemplo, o direito ao acesso à informação e o direito à liberdade.

3.1.2 Análise 2

Tema: Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil (2021).

Autor: Pedro Henrique Rezende Machado

"Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funda-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder

público e a sociedade. Nesse viés, a fim do efetivo asseguramento da cidadania de seus indivíduos, o corpo estatal exige a materialização do existir de seus cidadãos mediante documentos oficiais, os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados. No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros, o que levanta debates acerca da importância dos documentos civis e da devida regularização dos cidadãos à garantia de acesso à cidadania plena e, portanto, à visibilidade, no Brasil, embasados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos alijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construir seu verdadeiro "eu". Tendo isso em vista, o Estado deve agir visando à facilitação e à democratização de tal processo civil.

De início, é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do poder público, possibilitando sua ascensão social. Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade. Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior da pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital, restando ao Estado o dever de, ainda que parcialmente, complementar a iniciativa privada na oferta de serviços e de prerrogativas mercantilizadas, em busca de uma conjuntura de maior equidade social. Dessa forma, o registro civil, ao estabelecer a conexão indivíduo-poder público, permite que este atue de forma localizada e eficiente sobre comunidades ou cidadãos, com o fito de promover sua ascensão social, tendo o documento papel primordial nesse intermédio.

Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar sua existência, fornece um importante amparo na síntese de seu verdadeiro "eu". Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana. Nessa perspectiva, o fato de existir é imprescindível para que o cidadão, em seu íntimo, seja capaz de, ao longo de sua vivência, sintetizar quem ele realmente é, com toda a liberdade intrínseca a sua existência. Desse modo, o registro civil de uma família, por exemplo, permitirá que

esta, sob um regime de supervisão e auxílio do Estado, seja atriz de sua própria história, definindo a essência de cada um de seus membros e sintetizando, de forma ativa, seu legado a gerações futuras, tornando-se mais visíveis a elas, ao corpo estatal e à sociedade como um todo, o que ressalta a sua cidadania.

Portanto, em vista dos benefícios inerentes ao registro civil e sua facilitação, no que se refere à cidadania, faz-se necessário que o Estado, através de parceiros entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos, por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interioranas, os quais disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos. A finalidade de tal ação é ampliar e garantir o acesso à cidadania plena no Brasil, já que esta só pode ser integralmente alcançada, na maioria dos casos, com, no mínimo, a certidão de nascimento, justamente por informar o poder público a respeito de sua existência como cidadão. Somente assim, poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, universalizando prerrogativas e fazendo da sociedade uma instituição harmoniosa e, em seu conjunto, cidadã."

Análise:

Pedro Henrique já inicia a argumentação com base na autoridade (argumento de autoridade), citando a filósofa Nancy Fraser. O argumento de autoridade pode se fazer presente por meio da citação de autores renomados para comprovar a tese, tornando o discurso mais congruente. Já no primeiro parágrafo, o participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é muito bem construída, o que pode ser constatado ao longo de todo o texto, contemplando as exigências da Competência 1.

Boff, Köche e Marinello (2017) apontam que o argumento de provas concretas pode ser apoiado em fatos e exemplos, o que pode ser percebido no primeiro parágrafo no trecho: *[...] o corpo estatal exige a materialização do existir de seus cidadãos mediante documentos oficiais, os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados. No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros, o que levanta debates acerca da importância dos documentos civis e da devida regularização dos cidadãos [...]*, ou

seja, é fato reconhecido por todos, que muitos brasileiros não possuem acesso a registros.

Pedro novamente utiliza o argumento de autoridade, incluindo o pensamento do filósofo Jean-Paul Sartre: [...] *o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana [...]*. Ao longo do texto, ele também utiliza bastante argumentos apoiados em uma relação de causa e consequência, o que pode ser percebido com a utilização dos seguintes operadores argumentativos: nessa perspectiva, desse modo, a finalidade de tal ação, somente assim, nesse contexto, nesse viés, entre outros. A utilização desses operadores argumentativos, que articulam os parágrafos, garante a coesão do texto, contemplando a competência 4.

Quanto à estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que o participante apresenta com maestria seu ponto de vista, apresentando desenvolvimento sólido e sequencialmente bem organizado, que comprova esse ponto de vista, além de conclusão (proposta de intervenção) coerente, pautada nos direitos humanos, o que contempla excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo, além de contemplar com qualidades as competências 2, 3 e 5.

Percebe-se ao longo do texto um repertório sociocultural amplo, pertinente à discussão proposta pelo participante, como quando o participante utiliza o conceito de “cidadanias mutiladas”, de Milton Santos, para discutir o fato de que muitos brasileiros não têm acesso aos direitos previstos pela Constituição e como quando cita Jean Paul Sartre, afirmando que a existência humana é necessária para que o homem possa construir sua essência, o que reforça seu argumento de que e de que o registro civil é o que permite que o cidadão exista de fato perante o poder público.

Pode-se visualizar ainda, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e organizados em defesa do ponto de vista, ou seja, estão claros os rumos que o texto irá trilhar. O participante demonstra que o registro civil é o que possibilita que o poder público reconheça os indivíduos e que eles se tornem cidadãos de fato e de direito, abordando ainda o problema da discrepância social, ou seja, que o fato de não ter acesso a direitos é um dilema predominantemente presente nas classes sociais mais baixas.

Ao concluir a redação, o participante propõe uma solução para o problema da ausência de registro, que já havia sido citado no primeiro parágrafo: [...] *o Estado deve democratizar a retirada dos documentos civis*. [...]. Para que essa democratização seja possível, o participante propõe a construção de centros de registros e cartórios em regiões periféricas e rurais, contemplando os direitos humanos, já que o próprio registro civil é um direito garantido ao cidadão, mas, por questões burocráticas, nem sempre concedido. A proposta de intervenção contempla muito bem a competência 5, estando articulada a toda a discussão desenvolvida ao longo do texto.

3.1.3 Análise 3

Tema: Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil (2021).

Autora: Beatriz Valentini Alves

"Durante a ascensão do nazismo, os judeus foram despojados de seus direitos gradualmente, até que, por fim, tiveram seus documentos apreendidos. Com isso, tornaram-se apátridas, estrangeiros em sua própria terra. Nesse contexto, percebe-se um vínculo estreito entre cidadania e registro civil, posto que a posse de documentos comprova o indivíduo como cidadão possuidor de direitos. Essa relação também é perceptível no Brasil, em que a ausência de documentação leva à invisibilidade e perpetua um ciclo de vulnerabilidade.

A princípio, é preciso analisar como a falta de documentos conduz à marginalização e à nulificação do indivíduo que não os possui. Vale lembrar que, na Grécia Antiga, eram reconhecidos como cidadãos somente homens livres e descendentes de pais gregos. Esse reconhecimento lhes concedia a oportunidade de serem escutados, e a mesma coisa se dá no Brasil contemporâneo: ser contemplado com um certificado de cidadão – neste caso, uma certidão de nascimento – garante o reconhecimento do sujeito como pertencente àquele local e, além disso, receptor de proteção e serviços ofertados pelo Estado. Sob essa lógica, ser cidadão significa ter status elevado à condição de ser de direitos, enquanto aqueles que não o são permanecem vulneráveis, em uma posição marginal.

Ademais, convém compreender como o fato de não ser contemplado com registro civil e seus benefícios corrobora a existência de um ciclo mantenedor de

indivíduos nulificados. Para a pensadora alemã Hannah Arendt, os apátridas estão sujeitos ao chamado Estado de exceção, em que são excluídos e explorados. No Brasil, é possível observar esse cenário nas condições precárias às quais os invisibilizados têm de se submeter, a exemplo de trabalhos análogos à escravidão e à impossibilidade de se obter educação formal. Nessa perspectiva, pais não registrados não conseguem registrar seus filhos, os quais têm de enfrentar as mesmas condições desumanas que seus progenitores enfrentaram. É constituído, assim, um ciclo mantenedor da invisibilidade.

Depreende-se, portanto, que o registro civil é garantidor do acesso à cidadania no Brasil. Sua ausência leva à vulnerabilidade cíclica, que só pode ser transposta pela aquisição de documentação pessoal. A fim de obtê-la, é necessário que as autoridades competentes, utilizando a tecnologia disponível como meio, elabore a criação de locais especializados em auxiliar pessoas nessa situação a lidarem com toda a burocracia exigida. Somente assim todos serão, verdadeiramente, filhos da pátria."

Análise:

Sob o ponto de vista lógico argumentativo, a autora demonstra um bom repertório sociocultural, o que pode ser percebido já na introdução, quando é citado o processo histórico que culminou no despojamento dos direitos dos judeus por meio da apreensão de seus documentos durante a ascensão do Nazismo. A partir desse argumento de exemplificação, a participante estabelece uma conexão entre seu conhecimento histórico e o tema, deixando claro sua compreensão sobre a ideia proposta, o que contempla de maneira inegável a competência 2.

No trecho [...] *nessa perspectiva, pais não registrados não conseguem registrar seus filhos, os quais têm de enfrentar as mesmas condições desumanas que seus progenitores enfrentaram. É constituído, assim, um ciclo mantenedor da invisibilidade* [...] a participante demonstra conhecimento sobre a retórica Aristotélica, que nos aponta que no *Pathos*, os argumentos são populares e funcionam como estratégias para despertar emoções em quem recebe o argumento. Não há dúvidas de que o trecho, além de citar um fato que pode ser visualizado e considerado como verdade universal, por estar visível diante dos olhos de toda a sociedade, desperta um sentimento de compaixão, e conseqüentemente, de concordância, em que lê.

Ao fazer uma alusão ao contexto da Grécia Antiga, correlacionando a exemplificação ao tema, já que a garantia de direitos era feita por meio da comprovação da condição de cidadão, o que também ocorre na atualidade, e também ao citar o conceito de Estado de Exceção, de Hannah Arendt, a candidata demonstra mais uma vez argumentos de autoridade e um repertório de conhecimento variado, o que evita lacunas na argumentação e fortalece a construção de um raciocínio coerente e persuasivo.

A participante estabelece em sua argumentação relações de causa e consequência, em que expõe os problemas causados pela ausência do registro civil, como pode ser percebido no seguinte trecho: [...] *no Brasil, a ausência de documentação leva à invisibilidade e perpetua um ciclo de vulnerabilidade [...]* ou no trecho: [...] *convém compreender como o fato de não ser contemplado com registro civil e seus benefícios corrobora a existência de um ciclo mantenedor de indivíduos nulificados [...]*. Ou seja, a estudante demonstra por meio de fatos e exemplos, que o fato de não possuir documentos torna as pessoas vulneráveis e marginalizadas, além de perderem direitos básicos, como o direito à educação e ao trabalho digno.

A construção do texto é feita por meio de um planejamento estratégico, percebido através da apresentação clara, dos argumentos sólidos e dos recursos estilísticos apresentados, além do que, o texto apresenta domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, o que contempla as competências 1, 3 e 4. Operadores argumentativos garantem coesão e ordem entre as ideias, como por exemplo: a princípio, sob essa lógica, ademais, nessa perspectiva, depreende-se, somente assim, portanto, entre outros.

A competência 5 é testemunhada, quando da conclusão do texto, iniciada por um período que identifica o registro civil como imprescindível para o acesso à cidadania. O Enem exige que a dissertação argumentativa seja concluída por uma proposta de intervenção detalhada. Foi abordada, portanto, solução que evidencia o cumprimento do projeto de texto sugerido inicialmente, propondo-se a utilização de tecnologia disponível, por meio de recursos públicos, para elaborar a criação de locais especializados em auxiliar pessoas sem acesso aos registros necessários. Os elementos finalidade, agente, meio e ação estão presentes, detalhando a proposta e evidenciando a coerência argumentativa ao longo do texto.

3.1.4 Análise 4

Tema: Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil (2021).

Autora: Luiza Mamede Souza

"Uma das referências quando o assunto é democracia é a antiga cidade grega Atenas, onde surgiu essa forma de governo com a participação popular na política e a valorização da cidadania, a qual, contudo, era bastante restrita, visto que excluía mulheres, estrangeiros e escravos. Nesse sentido, é possível observar que o Brasil atual vive uma situação análoga à ateniense, dado que, mesmo sendo uma democracia - neste caso, indireta - quase 3 milhões de brasileiros, segundo projeção do IBGE, não possuem registro civil, não sendo, por isso, reconhecidos como cidadãos. Assim, torna-se imprescindível discutir essa situação, pois ela repete erros antigos ao privar grupos sociais da participação democrática e se perpetua por conta da morosidade do Estado que afeta direitos constitucionais.

Sob essa ótica, cabe frisar que a garantia de registro civil a todos os brasileiros é essencial e urgente, porque permite a sua participação na sociedade. Acerca disso, o filósofo grego Aristóteles, segundo o conceito de *Zoon Politikon*, afirmava que o ser humano é um animal político e que a sua finalidade é a obtenção da felicidade, adquirida ao exercer o que lhe é substancial: pensar e viver em sociedade. Dessa forma, evidencia-se a problemática da falta de acesso à cidadania no Brasil, uma vez que as pessoas que não são reconhecidas pelo Estado, devido à falta de documentação, são, por conseguinte, privadas da participação política e negligenciadas pela sociedade, impedidas de exercer a sua finalidade e de alcançar a felicidade.

Ademais, é válido apontar que essa exclusão política e social vem sendo perpetuada pela lentidão administrativa do Estado. Nesse contexto, relembra-se que o sociólogo Gilberto Dimenstein, em sua obra "O Cidadão de Papel", afirma que, embora o Brasil possua um sólido aparato legislativo, ele mantém-se restrito ao plano teórico. Dessa maneira, verifica-se a materialização do apontado por Dimenstein no fato de que os direitos previstos na Constituição Cidadã de 1988 não são garantidos a todos os brasileiros na prática, o que ocorre em grande parte devido à burocracia e à morosidade do Estado, que dificultam o registro dessas pessoas. Logo, sem

documento, esses cidadãos invisíveis são privados do pleno acesso aos seus direitos constitucionais.

Portanto, infere-se que é mister que o Estado - cumprindo seu papel de garantir a cidadania a todos os brasileiros e de efetivar a Constituição Federal - combata as razões de sua própria lentidão, por meio do destino de verbas para a construção de novas zonas de registro e para a contratação de profissionais para esse fim. Isso deve ser feito a fim de que não mais existam grupos excluídos da participação democrática, como ocorria em Atenas, e se garantam a cidadania e os direitos, além da plena vivência política, a toda a população do Brasil."

Análise:

Já na introdução do texto, a participante demonstra que compreendeu a proposta da redação, e já utilizou repertório de conhecimentos variados, contemplando a competência 2 do Enem, utilizando argumento por exemplificação, em que utilizou um acontecimento histórico, no caso, o paralelo com a Grécia, o que permitiu uma melhor contextualização do tema. Por meio desse paralelo, foi possível apresentar sua tese, que aponta para a privação de direitos e a burocracia dos processos estatais quando o assunto é o registro civil de toda a sociedade. Abordando dados do IBGE, que aponta que quase 3 milhões de brasileiros não possuem registro civil, não sendo, por isso, reconhecidos como cidadãos, a participante identificou o problema, a partir da utilização de uma fonte credível.

De acordo com Boff, Köche e Marinello (2017) é fundamental utilizar o argumento de competência linguística, que consiste no emprego da linguagem adequada à situação de interlocução, o que é perceptível ao longo do texto, que contempla a competência 1, que aponta o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa ao longo do texto.

No desenvolvimento da redação é realizado um detalhamento argumentativo, que consiste na identificação dos problemas relacionados à falta de registro civil. A candidata apresenta um conceito aristotélico, ao se referir ao ideal do "homem político" (Zoon Politikon), indicando a ligação entre a falta de registro e a ausência de democracia, o que implica no impedimento de exercer direitos políticos e uma exclusão social visível, estabelecendo uma relação argumentativa de causa e efeito. Mais uma vez, a candidata demonstra conhecimento variado na construção de sua linha de raciocínio, o que imprime maior confiabilidade ao texto.

A participante demonstra um bom domínio da articulação entre as partes do texto por meio de elementos da argumentação como: nesse sentido, sob essa ótica, dessa forma, ademais, portanto, entre outros, revelando o uso adequado dos elementos articuladores da argumentação. A referência à obra do jornalista e escritor Gilberto Dimenstein destacou a contradição entre a teoria e a prática na garantia dos direitos aos cidadãos brasileiros, o que funcionou tanto como argumento de autoridade quanto como argumento de exemplificação. A intelegibilidade, sequenciação coerente e coesa e a interdependência entre as ideias possibilitaram o atendimento pleno às competências 3 e 4.

Cumprindo a última etapa necessária à dissertação do Enem, a candidata reiterou e retomou a tese defendida na introdução e organizou uma proposta de intervenção coerente, abordando o ator social, ou seja, que realizará a ação (o que deve ser feito), o meio (como pode ser feito) e a finalidade (qual o efeito esperado), além do detalhamento da proposta, que contempla os direitos humanos, ao propor a destinação de verba pública para a construção de novas zonas de registro e para a contratação de profissionais que possam minimizar o problema da invisibilidade social provocada pela ausência dos registros civis.

4. CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o sistema retórico aristotélico compõe o gênero “redação do Enem”, já que esse gênero apresenta como objetivo principal aconselhar ou desaconselhar uma ação ou posicionamento diante do público. No caso do Enem, o participante deve empregar argumentos, de modo a fazer com sua tese seja persuasiva. Conhecer sobre argumentação, é, pois, fundamental para que o candidato consiga cumprir as exigências do exame, sobretudo, da competência 2, que avalia a compreensão do tema na forma de um texto dissertativo-argumentativo e a aplicação de conceitos advindos das diversas áreas do conhecimento, ou seja, do repertório de conhecimentos gerais do candidato, da competência 3, que exige a elaboração de um texto que apresente uma ideia a ser defendida, de maneira planejada e organizada, por meio de demonstrações, dados e fatos, e a competência 4, que avalia a estruturação lógica e formal entre as partes da redação, que devem estar sequenciadas de forma coerente e coesa.

Além disso, o participante deve apresentar amplo repertório linguístico, já que o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, exigido pela competência 1 da redação do Enem, faz com que o estudante tenha a gramática internalizada e possua os conhecimentos necessários sobre os operadores argumentativos, elementos essenciais na produção textual, de suma importância na argumentação, já que estabelecem relações entre os parágrafos, orações, períodos e entre as próprias ideias apresentadas. Esses recursos permitem que o candidato siga uma ordem, uma sequência planejada em seu texto, visando não se perder na argumentação, demonstrando-a coesa, coerente e bem articulada, bem como tornando o texto mais claro a quem lê.

A Redação do Enem não é apenas uma exposição de opinião, não se trata de um texto expositivo e sim, de um texto dissertativo-argumentativo, que deve possuir personalidade, deve-se assumir um posicionamento e defende-lo de maneira persuasiva até o fim. O texto deve ser inteligível, ou seja, seu teor deve ser de fácil compreensão, as ideias precisam ser plausíveis e não deve haver contradição ao longo do texto, o que mais uma vez reforça a importância de se trabalhar a argumentação com afinco ao longo do processo educacional dos alunos, já que os participantes devem saber planejar e sustentar sua tese.

Os leitores devem acompanhar com facilidade o raciocínio do participante, que deve apresentar seus argumentos com fluidez. O texto deve seguir uma sequenciação lógica, por isso um projeto de texto estratégico deve ser elaborado preliminarmente. A introdução, o desenvolvimento e a conclusão devem seguir uma ordem clara, avaliando-se se há coerência entre o início, o meio e o fim da redação.

A competência 5 exige que o participante encerre a redação também de maneira coesa e detalhada, por isso as relações semânticas construídas ao longo do texto devem estar muito bem estruturadas. Neste momento final, o estudante deve elaborar uma proposta de intervenção que elimine ou minimize o problema proposto de maneira minuciosa. Mais uma vez vem à tona o conceito aristotélico, pois é, de fato, o momento de aconselhar ou desaconselhar sobre as soluções plausíveis para problemática discutida na redação.

Portanto, é mister que as escolas enfatizem e inovem no ensino do gênero argumentativo, de maneira a desenvolver as habilidades lógicas e a capacidade de raciocínio dos alunos. Em se tratando do aprimoramento da argumentação, enfatiza-se, sobretudo, o incentivo à leitura, em suas mais diversas formas e a produção textual. Para que o aluno consiga uma nota 1.000 na redação do Enem, é de suma importância que suas ideias estejam bem articuladas e que haja um bom repertório sociocultural, conhecimento gramatical e um vocabulário rico, visto que não há possibilidade de discorrer e argumentar com maestria sobre um assunto do qual não temos conhecimento.

Para isso, é necessária uma modernização dos métodos utilizados para despertar o interesse dos alunos, como por exemplo, a utilização de jogos, de tecnologias educacionais e de uma proposta prática mais veemente e diária, contextualizando todas as matérias. Somente dessa maneira, será possível trabalhar o repertório argumentativo dos alunos e prepara-los para serem nota 1.000 no Enem e nos diversos desafios da vida.

5.REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eliane. **Manual da Redação Nota 1000**. Editora Ferial. 2015.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: EDIPRO, [384-322 a. C.] 2011.
- BOFF, Maria, KÖCHE, Vanilda, MARINELLO, Adiane. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça as cinco competências cobradas na redação do Enem**. Brasília, 2019. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/418-enem-946573306/81381-conheca-as-cinco-competencias-cobradas-na-redacao-do-enem>> Acesso em 20 jan. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2022: cartilha do participante**. Brasília, 2022.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris, Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Trad. Ângela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.
- EMEDIATO, Wander. Aspectos lógicos, críticos e linguísticos do ensino da leitura e da escrita, In: CAMPOS, Lucas, MEIRA, Vivian (orgs.), **Teorias linguísticas e aulas de português**. Salvador: Eduneb, 2016. pp 143-176.
- EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto. Redação, argumentação e leitura**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- EMEDIATO de SOUZA, Wander. Retórica, argumentação e discurso. In: Mari, H. et al. (Orgs). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 157-177, 2001.
- GARCIA, Ana Luiza. **Convencer: vencer com a ajuda de todos**. Na Ponta do Lápis. São Paulo, ano VI, n.14, p. 12 a 22, jun. 2010. Disponível em:<<https://www.escrevendoofuturo.org.br/EscrevendoFuturo/arquivos/975/NPL14.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2023
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- GUEDES, Paulo. **Da redação escolar ao texto: um manual de redação**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- GUIMARÃES, Joab. **Tudo que você precisa saber para tirar 1000 na redação do ENEM**, 1. ed. – Porto Alegre: Revolução e-Book - Simplíssimo, 2017.
- KOCH, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**, 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, Ingedore. **Argumentação e Linguagem**, 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, William Augusto. **Estratégias discursivas e argumentação**. In: LARA, G. M. P.(Org.). Língua(gem), texto, discurso, v1: entre a reflexão e a prática. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2006 p. 87-106

OLIVEIRA, Flávia Cristina Candido de; LIMA, Edmar Peixoto de. **A perspectiva retórica argumentativa na redação do Enem**. R. Letras, Curitiba, v. 23, n. 41 p. 27-52, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>> Acesso em: 07 fev. 2023